

Acordo garante aprovação do Preâmbulo e do Título I

Brasília — Luiz Antônio

BRASÍLIA — A futura Constituição já tem Preâmbulo e Título I, este tratando dos Princípios Fundamentais. A aprovação dos dois itens foi possível graças a um acordo entre o *Centrão* e todos os partidos, depois do impasse ocorrido na primeira tentativa de votação, quarta-feira. O *Centrão* conseguiu aprovar na íntegra a sua emenda, que substituiu o Preâmbulo aprovado na Comissão de Sistematização; em troca, admitiu emendas apoiadas pela esquerda e pela liderança do PMDB ao Título I.

Foram aprovadas, no Título I, as emendas substitutivas do *Centrão* e os destaques, que nada mais eram do que a fusão de três emendas apoiadas por todos os grupos que defenderam, no texto constitucional, a questão da soberania popular, retirada do novo Preâmbulo. As demais emendas apreciadas não entraram no acordo, por isso os constituintes estavam liberados para votar como considerassem melhor.

O Preâmbulo recebeu 487 votos a favor e 15 contra, e as abstenções dos deputados Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e Jorge Arbage (PDS-PA), presidente e segundo vice-presidente da Constituinte. A aprovação do Título I se deu igualmente por ampla maioria, 480 votos a 9, e quatro abstenções. A emenda nascida da fusão das propostas dos deputados Ricardo Izar (PFL-SP), Ricardo Fiuza (PFL-PE) e João Agripino (PMDB-PB) também obteve praticamente o consenso: 467 votos a favor, 10 contra, e duas abstenções.

Sexo — As emendas individuais começaram a ser votadas imediatamente. Proposta do deputado Paes Landim (PFL-PI), que não modificava o conteúdo mas aperfeiçoava a redação do artigo 2º, foi aprovada por 424 votos contra 27. A primeira polêmica ocorreu durante a votação da emenda do deputado José Genoíno (PT-SP) que incluía a orientação sexual entre os instrumentos do Esta-

do para promover a superação dos preconceitos.

Ao defender a proposta, Genoíno afirmou que padres e freiras recebem determinada orientação sexual, e nem por isso "podem ser discriminados", acrescentando: "Se aprovarmos a minha emenda, estaremos evitando no futuro atos como o do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, que proibiu a matrícula em escolas municipais de homossexuais." Pelo *Centrão*, e contra a emenda, falou o deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG), sendo aplaudido pela bancada evangélica. O constituinte evangélico Costa Ferreira (PFL-MA) também encaminhou contra, e o relator Bernardo Cabral deu parecer contrário. A emenda acabou rejeitada por 317 votos contra 130; houve 14 abstenções.

Discussão — O deputado Vasco Alves (PMDB-ES) tentou aprovar emenda sua, pela qual é dever do Estado garantir alimentação, saúde e trabalho. Foi derrotado por 272 votos contra 165, e oito abstenções. O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), levantou então uma questão de ordem sobre a votação, provocando princípio de tumulto. Ele disse que a emenda não havia recebido 280 votos nem a favor nem contra e no entanto estava rejeitada, prevalecendo o texto do *Centrão*, já aprovado pelo acordo.

O deputado José Bonifácio protestou, alegando que a emenda do *Centrão* havia sido aprovada pela maioria dos constituintes, e que o argumento de Freire não tinha fundamento; seguiu-se um rápido bate-boca entre os dois.

Hoje, a Constituinte realiza sessão, mas como é sexta-feira não deverá iniciar a votação do Título II, um dos mais polêmicos, que trata dos Direitos dos Trabalhadores. No fim de semana, as lideranças se reunirão para tentar acordos e iniciar a votação na segunda-feira.

O que foi aprovado

Preâmbulo

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir no país um novo Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social da Nação e comprometida com a solução pacífica de todas as controvérsias, tanto na ordem interna como na internacional, promulgamos, sob proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

Título I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º — A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios, Distrito Federal e Territórios, constitui-se em Estado Democrático de Direito, visa a construir uma sociedade aberta, justa e solidária, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e a convivência em paz com a humanidade.

Parágrafo Único — Todo poder emana do povo que o exerce por representantes eleitos ou diretamente nos termos dessa Constituição.

Art. 2º — São poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º — São objetivos fundamentais do Estado: I — garantir a independência e o desenvolvimento nacionais;

II — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades entre as pessoas e regiões;

III — promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação.

Art. 4º — O Brasil fundamentará suas relações internacionais nos princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos e não intervenção, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos e da defesa da paz, bem como no repúdio ao terrorismo e ao racismo, e propagará pela cooperação entre os povos e pelo progresso da humanidade.

Artigo 5º — O Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, tendo em vista a formação de uma comunidade latino-americana de nações.



Com sua emenda sobre orientação sexual, José Genoíno (C) movimentou o plenário

Eles vivem de colher assinaturas

Tânia Fusco

A fase final de votações da Constituinte criou um novo mercado de trabalho no Congresso: o de coletor free-lancer de assinaturas para fazer uma proposta chegar ao plenário. Cada assinatura pode valer de CZ\$ 60,00 a CZ\$ 1 mil. O pagamento é contra-entrega.

Regateando — Quanto vocês estão cobrando por assinatura?, indaga na final da tarde de ontem Mascarenhas Moraes, assessor do deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL), a cinco coletores de assinaturas, que, pastas de emenda na mão, conversavam no final

do corredor que dá acesso ao plenário. Suely Almeida, 27 anos, deu seu preço: CZ\$ 100 por cabeça. "Preciso de 57, dá quase CZ\$ 6 mil. O deputado não vai pagar", regateou Moraes.

Pelo regimento, um requerimento de preferência para votação em destaque precisa de um mínimo de 57 assinaturas para chegar em plenário. Mas emendas com maior número de assinaturas terão maior chance de chegar à votação. Assim, parlamentares, funcionários de seus gabinetes, militantes de causas diversas e os coletores free-lancer disputam, até com argumentos trágicos, a assinatura dos constituintes.

— Agora que o mercado está bom, cobro 10 mil cruzados por projeto de 187 assinaturas e cinco para os destaques de 56 assinaturas — conta, Luísa Marilac da Silva, 27 anos, ex-servente, informando que tem faturado de 30 a 40 mil cruzados por mês nessa atividade. Ela vive disso há cinco anos.

Fama — Meu trabalho é de primeira. Não tem assinatura repetida, falsa ou sem o conhecimento do que se trata

— gaba-se Cecília de Queiroz Campos, funcionária da Câmara há 27 anos.

Cecília é a mais famosa coletora de assinaturas da casa. Pelas mãos dela, o *Centrão* conseguiu 130 das 317 assinaturas que viabilizaram a emenda propondo cinco anos de mandato para Sarney.

— Essa foi a emenda que me deu mais trabalho — analisa Cecília, contando que, na busca do apoio dos cinco anos, foi até Itabuna de avião colher a assinatura do deputado Fernando Gomes (PMDB-BA), a quem também assessorou.

— Difícil mesmo é colher assinatura do PT. O *Centrão* é muito solidário — ensina Cecília, contando que os petistas só assinam emendas que já tenham a rubrica do deputado José Genoíno (SP).

Os novatos não sabem disso e quebram a cara — afirma Cecília, que no momento colhe assinaturas para um projeto de resolução do *Centrão* propondo a inversão de pauta de votações.

OS MAIS VENDIDOS
AS RESENHAS
VIDA CULTURAL
JORNAL DO BRASIL
Idéias